

DIRETRIZES PARA O CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO DO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM MARCOS CONCEITUais INTERNACIONAIS

Autores:

Everton da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | everton.silva@ufsc.br

Guilherme Linheira | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | glinheira@hotmail.com

Liane Ramos da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | liane.ramos@ufsc.br

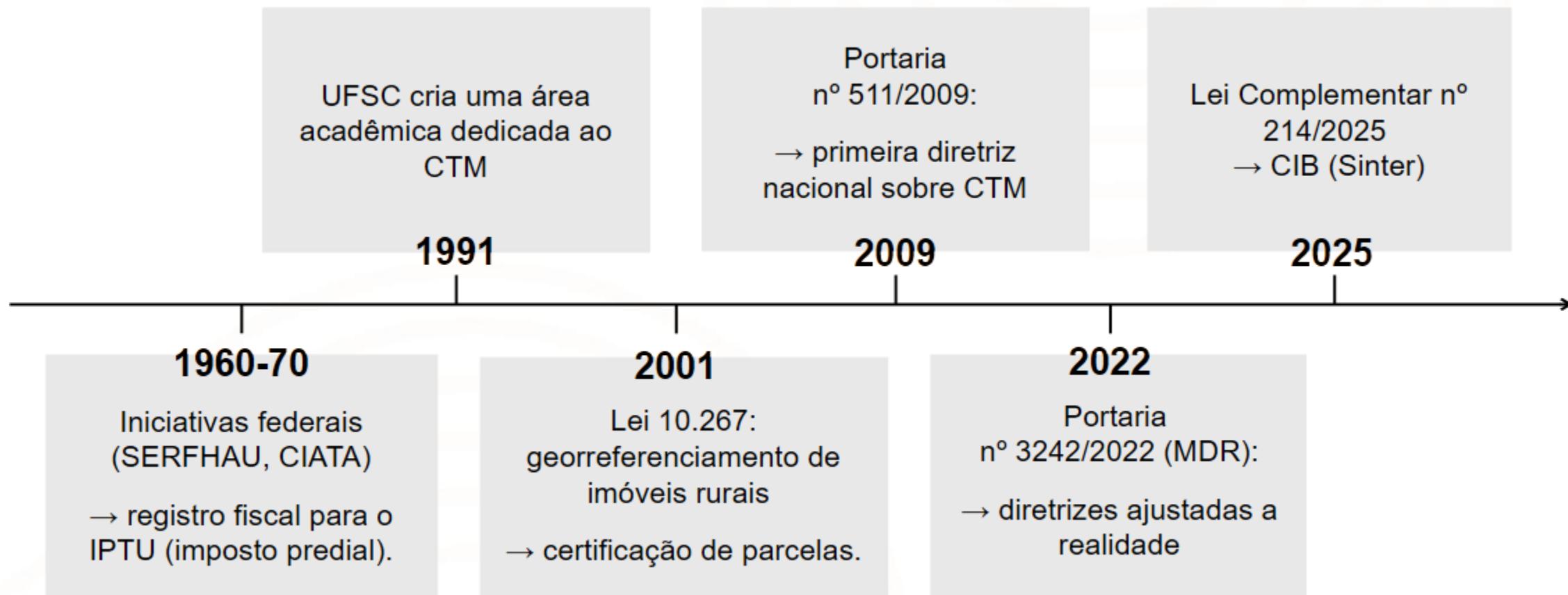
Diego Erba | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | samuel.steiner@ufsc.br

Hatan | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) |

MARCOS CONCEITUAIS INTERNACIONAIS

- **Cadastre 2014 (FIG)**: cadastro como inventário público integrado → base para o planejamento e gestão territorial;
- **LADM (ISO 19.152:2012)**: modelo de dados para unificar as dimensões jurídicas e espaciais;
- **STDM (FIG/UN-Habitat)**: registro de direitos formais e informais, incluindo a posse social;
- **Fit-for-purpose (FIG, 2015)**: sistemas cadastrais flexíveis, evolutivos e de baixo custo;
- **FELA (UM-GGIM, 2020)**: governança e dados geoespaciais como pilares;

CONTEXTO HISTÓRICO



AVANÇOS REGULATÓRIOS E LEGAIS NO BRASIL

- **Lei 10.267/2001 (Georreferenciamento de Imóveis Rurais):** conceito de parcela, certificação e código único;
- **Portaria nº 511/2009:** introdução do termo Cadastro Territorial Multifinalitário;
- **Portaria nº 3242/2022 - atualização pragmática:**
 - Introduz a certificação de parcelas (certificadas e não certificadas);
 - Incorpora o conceito de objeto territorial (RRR);
 - Requer uma rede de referência cadastral (municipal/SGB);
 - Cria um Observatório do Mercado Imobiliário;

CONEXÃO: BRASIL X MARCOS CONCEITUAIS

- **Parcela Territorial** → Cadastre 2014 + LADM
- **Certificação de parcelas** → Fit-for-purpose + experiência do INCRA
- **Objeto Territorial** → Cadastre 2014 + LADM (RRR) + STDM
- **Rede de Referência** → FELA + SGB/IBGE;
- **Observatório de Mercado** → Cadastre 2014 + FELA

Conclusão: cada inovação normativa brasileira dialoga com um marco conceitual global

IMPACTOS NA GOVERNAÇÃO TERRITORIAL

Supera a visão restritiva de propriedade;
Amplia esta visão para **múltiplas dimensões**

Integração de dados jurídicos, técnicos, sociais e econômicos.

Inclusão da **informalidade fundiária** no **CTM**

Apoio a políticas públicas: regularização, habitação, tributação justa, ordenamento territorial

Transparência e fortalecimento da governança municipal

CONCLUSÕES

- Portaria nº 3242/2022: marco da modernização cadastral no Brasil;
- Conecta o país com as melhores práticas internacionais (FIG, ISO, UN-
GGIM);
- Consolida princípios: multifinalidade e ajustamento ao propósito;
- Desafios: implantação municipal, capacitação técnica e integração
tecnológica;

CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO APLICADO À GESTÃO MUNICIPAL



Organizador: Everton da Silva

Capítulo 1
Evolução do Cadastro Urbano no Brasil

Capítulo 2
Cadastro Territorial Multifinalitário
Questões Conceituais

Capítulo 3
Parcelas e Objetos Territoriais

Capítulo 4
Dados Cadastrais

Capítulo 5
Avaliação de Imóveis

Capítulo 6
Gestão do Cadastro Territorial Multifinalitário

Capítulo 7
Cadastro Territorial Multifinalitário. Políticas Públicas e
Instrumentos de Política Urbana

Capítulo 8
Marco Jurídico

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7869277>

AGRADECIMENTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial

Departamento de Geociências – GCN (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH (UFSC)

Departamento de Engenharia Civil – ECV (UFSC)

Centro Tecnológico – CTC (UFSC)



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



execução



patrocinadores



GOVERNO DO
BRAZIL
DO LADO DO Povo Brasileiro



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS



mutua
Caixa de Assistência dos Profissionais da Cruz



esri



geopixel
INTELIGÊNCIA MUNICIPAL



conexões
para inovar



FALCON PRECISION
CARREIRAS E TECNOLOGIAS CONEXAS